

PREFÁCIO

A obra que agora se apresenta inclui-se numa onda de trabalhos que desde os anos oitenta vem construindo uma nova forma de fazer história local. Aos historiadores amadores, que durante décadas foram responsáveis pelo interesse que os arquivos locais iam suscitando, sucede-se uma geração de pessoas que produz o seu trabalho em estreita conexão com as universidades através da sua integração em cursos de mestrado, submetendo-se aos critérios de exigência da disciplina. A elas se devem contribuições de grande importância para o esclarecimento de questões relacionadas com o passado, pela documentação consultada e pela organização de grandes quantidades de informação.

No caso presente, o autor debruça-se sobre um fenómeno que fez parte do quotidiano dos europeus até ao século passado: o abandono massificado de crianças. Em Portugal, como no resto da Europa, desde o Mediterrâneo ao Báltico, abandonar crianças recém-nascidas ou de leite era um acto legal, e os poderes locais e centrais criavam condições institucionais destinadas à sua criação. Instituições financiadas com dinheiros públicos, geralmente localizadas nos centros urbanos de média e grande dimensão, recrutando um número elevado de amas de leite, exerciam uma poderosa força de atracção relativamente às populações rurais vizinhas. Por detrás do interesse do poder na sobrevivência destas crianças temos uma preocupação explícita de raiz populacionista: em épocas anteriores à Revolução Industrial o número elevado de indivíduos era sentido como uma condição essencial à riqueza das nações e à sua força militar. No entanto, a realidade mostrou-se pouco consentânea com os objectivos propostos pelas autoridades: a elevada mortalidade das crianças abandonadas transformou os hospitais de expostos

em projectos cujos custos eram desproporcionados face aos resultados obtidos.

Este é, grosso modo, o quadro geral em que o caso português se insere: estudar as variações e modalidades locais do abandono de crianças é o objectivo deste trabalho, que esclarece alguns aspectos do abandono de crianças ao nível de uma pequena área do Noroeste de Portugal. O seu autor optou por um estudo de longa duração, abarcando quase trezentos anos de análise, o que inclui quase toda a documentação local disponível até 1910. O principal interesse do trabalho consiste, na minha opinião, precisamente na articulação efectuada entre o fenómeno do abandono e os diferentes quadros institucionais que atravessam esse longo período, o que recoloca a questão da eficácia das práticas políticas versus hábitos consensuais.

Uma das novidades desta dissertação é o facto de demonstrar que no século XX ainda se continuavam a abandonar crianças com a designação de “expostos”. Embora o seu autor tenha estabelecido o ano da implantação da República como data limite da sua análise, o fenómeno continuou durante as duas décadas subsequentes, o que outros estudos em curso para esta região confirmam. Em Portugal verifica-se uma persistência do abandono de crianças ainda durante os primeiros anos do Estado Novo, se bem que a uma escala reduzida, resistindo a todas as alternativas assistenciais que se criaram a partir da segunda metade do século anterior, tendentes a substituir o abandono de crianças por subsídios às mães. Uma persistência que talvez o atraso cultural e subdesenvolvimento expliquem, mas que continua a aguardar uma análise mais aprofundada, sobretudo ao nível das entrevistas com expostos ainda vivos.

Independentemente da continuidade do fenómeno, por todos os trabalhos que recentemente se tem ocupado de expostos, tanto a nível nacional como internacional, perpassa um aspecto comum: o da apropriação pelas comunidades de um serviço público, com vista a uma manipulação dos benefícios que dele se podiam extrair. Fenómeno que nos conduz mais uma vez a uma população pobre, pronta a aproveitar recursos económicos onde eles existem, nem que a preço de batota sistemática. As fraudes, como fica bem explícito ao longo deste trabalho, não eram a excepção mas sim a

regra. Debalde as autoridades, na sua vontade de exercer um controle sobre a população se esforçaram por criar dispositivos que as combatessem. Só muito lentamente esse esforço se traduziu numa diminuição significativa do número de expostos. As mães continuavam a abandonar os filhos para depois seguirem de perto a sua criação, fazendo-se até passar por amas das suas próprias crianças; as amas continuavam a receber pagamentos relativos a expostos que já não aleitavam, muitas vezes devido à morte que não era participada à instituição. Por outro lado, para o leitor atento, a questão dos expostos fornece um bom exemplo de que nem sempre as tentativas a partir do alto - no caso português a legislação do final da monarquia absoluta, as reformas liberais e da monarquia constitucional, postas em prática por elites locais - cumprem os objectivos para que foram destinadas. O autor é explícito quando refere o fracasso parcial das tentativas de substituir o abandono anónimo pelo financiamento da criação de filhos dos pobres: era preferível usufruir dos sete anos de criação em que os expostos estavam a cargo da assistência do que receber cerca de um ano de subsídio de aleitamento. Em vez de as Rodas contribuírem para aumentar a população aproveitando o desperdício demográfico em favor do Estado, temos a implantação de um recurso económico suplementar para as populações, pouco em sintonia com as preocupações do poder; por outro lado, a elevada mortalidade das crianças restringe seriamente o alcance do esforço despendido pelas autoridades.

Resta-me felicitar o Mestre Teodoro Afonso da Fonte por uma bela dissertação de mestrado que agora surge em livro, e louvar a Câmara Municipal de Ponte de Lima e o Centro de Estudos Regionais pelo interesse manifestado por um dos aspectos da história local, ao promover a sua publicação.

Isabel dos Guimarães Sá*

Novembro de 1996

* Professora Auxiliar do Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.